

referência para toda a coletividade, uma vez que suas atividades são mais abertas à crítica de serem “parasitárias”. A esfera das atividades produtivas do capital (agricultura, indústria) pode melhor ocultar a exploração do trabalho e em consequência aparecer como um espaço de interesses comuns. Por isso, os segmentos produtivos do capital são mais adaptados aos espaços da representação política supostamente geral, as Assembléias Parlamentares. Contrariamente, as frações não produtivas da classe capitalista têm uma presença menos aberta na cena política, preferindo como forma de ação o recurso aos *lobbies* que aos partidos políticos.¹⁰

Conclusão

O novo capital comercial (importador de bens industriais) constituiu-se em força economicamente preponderante e força politicamente hegemônica no Piauí das décadas de 1960/1990. Essa fração do capital detinha a maior rentabilidade na economia local e fazia valer os seus interesses como prioritários nas políticas do governo estadual. Fatores ligados ao seu ciclo tardio de economia agroexportadora e à sua fraqueza política no quadro da federação nacional foram determinantes do “atraso” industrial do Piauí e do consequente domínio do capital comercial.

Cabe uma indagação final: se o governo do PT no estado, a partir de 2002, teria alterado a hegemonia no interior da classe dominante local.

Notas:

- 1 Cf. Nicos Poulantzas, *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Seuil, Paris, 1974, p. 138.
- 2 Cf. Agenor de Sousa Martins, *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. Teresina: Fundação CEPRO, 1979, pp. 144-49.
- 3 Cf. José Arimatéia Veloso Machado, Aspectos da situação financeira do Estado do Piauí. In: *Carta CEPRO*, Teresina, v. 8, 1982, p. 37.
- 4 Cf. Décio Saes, A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. In: *Crítica Marxista*, nº 7, 1998.
- 5 Cf. Francisco Farias, Frações burguesas e bloco no poder em Poulantzas. In: *Crítica Marxista*, nº 28, 2009.
- 6 Cf. I. Chaloult, *Estado, acumulação e colonialismo interno*. Vozes, Petrópolis, 1978.
- 7 Encontramos em Leonardo Guimarães Neto, *Introdução à formação econômica do Nordeste*, Editora Massangana, Recife, 1989, a distinção dessas duas fases de inserção da periferia no sistema capitalista dominante nacional.
- 8 Jesus Elias Tajra e Jesus Elias Tajra Filho, O comércio e a indústria no Piauí. In: R. M. Santana (org.), *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Halley, Teresina, 1995, p. 157.
- 9 Cf. D. Saes, Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80. In: *República do capital*. Boitempo, São Paulo, 2001.
- 10 Cf. D. Saes, Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80. In: *República do capital*. Boitempo, São Paulo, 2001.

*Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFPI e doutorando em Ciência Política na UNICAMP.

DEMOCRACIA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO DA ÁFRICA

por Ricardo Ossagô de Carvalho*

O objetivo do presente *paper* é o de incorporar novos conceitos de análises acerca do relatório do desenvolvimento humano na África, com destaque para o atual crescimento econômico associado a performances macroeconômicas e ao avanço gradual ou retrógrado dos processos da democratização dos regimes políticos. Através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pode-se ter uma perspectiva das desigualdades que existem entre os países e, através dele, ordenar os países e verificar o grau do desenvolvimento em função de valores obtidos. A hipótese aqui examinada é a de que o continente africano assiste a uma transição econômica e política

complexa, uma vez que a sua inserção internacional no início desse novo século foi marcada por diferenças culturais extremamente complexas. Os dados serão analisados à luz do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do avanço ou não da democracia política e dos regimes políticos.

Em primeiro lugar, é importante enfatizar, acima de tudo, que tanto a política quanto a democracia são importantes, assim como a economia, para o desenvolvimento pleno de um país ou continente bem-sucedido. Para um arranque do desenvolvimento, exige-se um crescimento equitativo, de modo consistente com os objetivos

de desenvolvimento humano, que vai criar formas de forte aprofundamento da democracia em todos os níveis da sociedade. Mas, nos países em desenvolvimento, como os da África, a democracia tende a ser demasiada confusa e descontrolada, bem como sujeita à manipulação, ao abuso, para poder proporcionar a estabilidade e/ou a continuidade no poder.

No entanto, trata-se de sistemas globais de governança, que enfrentam os desumanos desafios de um mundo crescentemente interligado, ou acerca dos governos que se esforçam para satisfazer as necessidades dos seus cidadãos, ou acerca das empresas ou das forças privadas da vida nacional e mundial. Nesses casos, as democracias exigem governos legítimos, mas também oposições legítimas; principalmente em alguns dos países da África que ainda tentam dar alguns passos, por mais tímidos que sejam, rumo a uma democracia efetiva e participativa.

Por outras palavras, não se trata da democracia tal como é praticada por alguns países em particular, mas, antes, de um conjunto de princípios e de valores nucleares que possibilitem aos pobres conquistar algum poder através da participação, ao mesmo tempo em que lhes são dados proteção contra inúmeros atos de arbitrariedade, que em sua vida sofrem por parte do governo, das multinacionais e das outras forças políticas e de mercado. Isso significa garantir que as instituições e o poder estejam estruturados e distribuídos de maneira que essas pessoas disponham realmente de voz e de esperança e que também sejam criados mecanismos através dos quais os poderosos liderem políticos e que outros atores tenham influência e possam ser considerados responsáveis por suas ações.

Porém, alguns países alcançaram relativa estabilidade política, como é o caso da África do Sul, que possui, sozinho, 1/5 do PIB de toda África. O principal bloco econômico é o da Comunidade para Desenvolvimento para África Austral (SADC) - formado por 14 países. O atraso econômico e a ausência de uma sociedade de consumo em larga escala colocam o mercado africano em segundo plano no mundo globalizado. O PIB total da África é de apenas 1% do PIB mundial e o continente participa de apenas 2% das transações comerciais que acontecem no mundo.

Ao contrário das economias da China e da Índia, que crescem rapidamente, também da América Latina, que experimentou um crescimento

moderado, a África estagnou e até apresentou regresso em termos de comércio externo, de investimento, de renda *per capita* e das outras medidas de crescimento econômico. Ao longo das décadas, houve muitas tentativas malsucedidas de melhorar as economias de países africanos individualmente. Entretanto, dados recentes sugerem que algumas partes do continente estão crescendo rapidamente. O Banco Mundial relata que a economia de países africanos subsaarianos cresceu nas taxas que combinam taxas globais. As nações com maiores taxas, em 2007, incluem a Mauritânia, com crescimento em 19,8%; Angola, com 17,6%; Sudão, com 9,6%; Moçambique, com 7,9%; e Malawi, com 7,8%.

Em termos de variação regional, nenhuma nação africana faz parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mas o continente inteiro não é totalmente pobre e há uma variação considerável em sua riqueza. A África do norte árabe foi ligada por muito tempo às economias da Europa e do Oriente Médio. A África do Sul foi por muito o Estado mais rico do continente, medido pelo PIB *per capita* ou pelo PIB total, e seus vizinhos compartilham esta riqueza. As extremidades temperadas do norte e do sul do continente são mais ricas do que a área da África subsaariana tropical. Dentro dos trópicos, a África do oeste, com sua história pré-colonial longa de comércio e de desenvolvimento, tende a ser mais rica e mais estável do que em outra parte do continente. As ilhas, tais como, Seychelles, Réunion, Maurícia e Cabo-Verde permaneceram mais ricas do que as nações continentais.

Os Estados mais pobres são aqueles que estão totalmente em guerra ou levantando-se possibilidades de guerras civis. Estes incluem o Congo, Sierra Leoa, Burundi e Somália. Por outro lado, nota-se que o reconhecimento, pelos chefes de Estado, de que o Estado tem um papel central no desempenho do crescimento, no desenvolvimento e na implantação de programas de redução de pobreza é ainda um sonho. Acontece que a dimensão utópica das novas vantagens expressadas pelos africanos move-lhes a vida para se tornarem novos atores políticos, da qual a África não poderá mais se afastar.

Por fim, o desenvolvimento expandiu a democracia que, por sua vez, ocasiona a liberdade política, com um resultado desejável em si mesmo. Nesse contexto, as instituições e os processos democráticos também podem contribuir para o

desenvolvimento - em especial o desenvolvimento humano -, das necessidades e aspirações das pessoas, podendo também ajudar a gerir conflitos e promover a estabilidade.

Os africanos estão reivindicando e construindo autonomia decisória e também buscando soluções nacionais para os seus desafios na área social e de cidadania. O controle do Estado e sua orientação para o crescimento econômico, na linha do IDH, são a boa novidade para o continente, que

levará a mais democracia e mais inclusão social, através do fortalecimento do Estado democrático, da responsabilidade fiscal e de uma política macroeconômica mais ampla, tendências que caminham juntas.

***De nacionalidade guineense (Guiné-Bissau), graduou-se em Ciências Sociais na Universidade Federal do Piauí e atualmente é mestrando em Ciência Política pela mesma Instituição.**

TEORIA DA FIRMA: uma abordagem tradicional e emergente

por Tomas Sparano Martins*, June Alisson Westarb Cruz** e Roberto Ari Guindani***

Introdução

Pode-se dizer que a teoria da firma se desenvolve a partir de quatro questões principais: seus limites; sua organização interna; sua formação, seu crescimento e diversificação; e o papel do empresário. A partir destes aspectos, diferentes escolas econômicas desenvolveram suas ideias sobre a firma: os economistas clássicos, os neoclássicos, os institucionalistas, os da nova economia institucional, os do desenvolvimento econômico e os neo-schumpeterianos.

Apesar do papel da teoria econômica com relação à firma, à medida que as atividades e ambientes organizacionais se tornaram mais complexos, devido principalmente aos avanços tecnológicos, das técnicas de gestão e do surgimento das corporações modernas, seu estudo tomou-se foco de atenção específica da gestão empresarial. Assim, para uma melhor compreensão do objeto de análise, a firma, algumas abordagens são discutidas.

1 Teoria Neoclássica

A teoria neoclássica tradicional, estabelecida a partir dos modelos de equilíbrio geral e parcial, tem muito pouca relação com a realidade econômica em que vivemos. O foco de interesse está vinculado à teoria dos preços e alocação de recursos, em que a firma tem um papel extremamente limitado e um conceito bastante simples. As suas premissas apresentadas a seguir refletem seu irrealismo e fragilidade:

a) A firma é uma “caixa-preta”, onde há fatores de produção disponíveis no mercado combinados para produzir produtos comercializáveis;

b) O mercado tende a estabelecer condições de concorrência e informações perfeitas;

c) As alternativas tecnológicas são representadas pela produção, que especifica a combinação possível de fatores. As tecnologias estão disponíveis no mercado, através de bens de capital e/ou no conhecimento incorporado pelos trabalhadores;

d) Há racionalidade perfeita dos agentes, diante de objetivos da firma de maximização de lucros.

Nesta lógica, analisar a firma não é uma questão muito importante, pois, em situação de concorrência perfeita e na ausência de progresso técnico, a firma tem poucas escolhas para fazer. Basicamente, ela se restringe a transformar insumos em produtos, e para isso basta escolher a técnica mais apropriada e adquirir os insumos necessários no mercado, incluindo trabalho e tecnologia. Teoricamente, estas escolhas simples seriam bem-sucedidas, pois o ambiente competitivo é simples e inerte, praticamente sem incertezas. Consequentemente, o empreendedor é apenas um coordenador da produção.

Alfred Marshall (1982), ao perceber o irrealismo do contexto econômico, trata do caráter estático deste modelo marginalista, através das teorias de equilíbrio parcial. Marshall não assumia todos os pressupostos da concorrência perfeita e identificava os limites do crescimento da firma no ciclo de vida dos empresários. Apesar destas importantes